

**FALE COM A GENTE!**

Editor Leopoldo Figueiredo  
E-mail portomar@atribuna.com.br  
Telefone 2102-7269

# PORTO & MAR

## Plataforma eletrônica portuária sob ameaça

Trabalhos do PCS foram suspensos

### PALAVRA DO EDITOR

O Port Community System (PCS) pode levar Santos a digitalizar processos e, assim, agilizar operações e reduzir custos. Se retomado, o projeto tem o potencial de modernizar setores do Porto que ainda estão no século 20.

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

A implantação do projeto Sistemas de Comunidade Portuária (Port Community Systems ou PCS, no original, em inglês), que prevê reduzir em até 40% a quantidade de etapas necessárias para uma operação no Porto de Santos, está ameaçada. O motivo é um corte

de verbas do governo britânico a projetos internacionais. Com isso, as discussões estão suspensas desde o mês passado.

A informação é do ex-líder do projeto de modernização portuária do consórcio Palladium, Marcelo D'Antonna. Diante das incertezas relacionadas ao PCS, o executivo deixou o cargo.

“Eu me desliguei do projeto PCS ao final do mês de abril. A razão é a incerteza em relação à disponibilidade de verbas para a continuidade do projeto. Essas verbas, na configuração atual do projeto, são providas pelo governo do Reino Unido, em um programa de cooperação bilateral (Brazil Trade Facilitation Program-



Operação em Santos: PCS pode reduzir tempo para liberação de cargas

me)”, explicou o executivo.

O PCS é uma iniciativa do Prosperity Fund, o fundo de investimento britânico para países em desenvolvimento. Ele prevê a criação de uma plataforma digital que integrará sistemas de controle de órgãos federais que atuam no setor portuário. Também estão previstas mudanças nos processos e, com isso, espera-se reduzir em um dia o tempo necessário para a liberação de cargas de exportação e em dois

dias para as de importação.

Porém, diante dos impactos da pandemia de co-

vid-19, o governo britânico decidiu cortar verbas para projetos internacionais. Segundo a imprensa internacional, cerca de £ 4 bilhões deixarão de ser investidos, o que gerou críticas porque projetos assistenciais também foram vetados. “A Inglaterra vem diminuindo o montante e o escopo das verbas de assistência que disponibilizam mundo afora. Isso tem gerado críticas e traz reflexos em diversos projetos. O PCS é um deles”, explicou D'Antonna.

Segundo o executivo, houve uma interrupção das atividades do projeto no mês passado. Isto porque a Procomex, que atuava nos trabalhos, deveria ter tido o contrato renovado, o que não aconteceu.

“Em 21 de abril, o secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, Dominic Raab, enviou uma mensagem ao parlamento inglês, esclarecendo as estratégias que seguirão para a distribuição de verbas assistenciais e de cooperação no exercício de 2021/2022. O Brasil não faz parte das regiões listadas como prioritárias para o recebimento dessas verbas”, explicou D'Antonna.

### CONCLUSÕES

A primeira etapa dos estu-

dos foi concluída mês passado. Nela, foram identificados os processos mais relevantes nas operações de comércio exterior no Porto de Santos e como eles podem ser melhorados. Foram avaliadas a entrada e saída de embarcações e a interlocução dos diversos órgãos envolvidos, entre eles, a Autoridade Portuária de Santos (APS), a Praticagem de São Paulo e os rebocadores que atuam no caissantista.

Foram mapeadas cerca de 400 atividades. Em cada uma delas, se identificava como era feito o processo e se havia alguma forma mais eficiente de fazê-lo, integrando sistemas.

Segundo D'Antonna, neste mês, o PCS entraria em uma nova fase. A ideia era fazer uma medição da redução dos tempos operacionais a partir da otimização dos processos. E como no setor portuário tempo é dinheiro, também seria calculada a economia que essas mudanças deverão gerar.

Em paralelo, até março do ano que vem, deveria estar pronta a primeira versão do PCS. Neste caso, o trabalho incluía a definição do software que seria utilizado na plataforma.